



**Processo nº.** : 0747/2021 - TC  
**Órgão Jurisdicionado** : Prefeitura de Arez  
**Responsável** : Bergson Iduino de Oliveira  
**Assunto** : Representação  
**Relator** : Conselheiro Substituto Antônio Ed Souza Santana

## **INFORMAÇÃO PRELIMINAR**

EMENTA: REPRESENTAÇÃO. INSTRUÇÃO PRELIMINAR SUMÁRIA. PROCESSO SELETIVO PRIORITÁRIO. MUNICÍPIO DE AREZ/RN. LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA CONTÁBIL. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. REQUERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR. SUGESTÃO PELA INCLUSÃO DA DEMANDA NO PLANO DE FISCALIZAÇÃO VIGENTE.

### **1 – INTRODUÇÃO**

---

1. Trata-se da representação formulada pela empresa RENAN CUNHA E SILVA EIRELI, acerca de suposta irregularidade contida na Tomada de Preços nº 01/2021, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de serviços de assessoria contábil no Município de Arez/RN.
2. Em síntese, o representante afirma que a condição imposta no instrumento convocatório contido no item 6.1.6.2 do edital restringe o caráter competitivo do certame, isto porque exige atestado de capacidade técnica fornecido exclusivamente por pessoa jurídica de direito Público do Poder Executivo (Evento 01).
3. Na sequência, o Relator, Antônio Ed de Souza Santana, identificou preliminarmente indícios de restrição ao caráter competitivo e potencial afronta a Súmula nº 28 do TCE<sup>1</sup>. Dessa forma, recebeu a demanda como Representação e determinou

---

<sup>1</sup> SÚMULA Nº 28 – TCE

CONTRATAÇÃO DE PESSOAL. ATIVIDADE HABITUAL. AUSÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO ENSEJA IRREGULARIDADE DAS CONTAS. SANÇÃO ADMINISTRATIVA APLICÁVEL.

A contratação sem concurso público de profissionais para o desempenho de atividades habituais e rotineiras da Administração Pública, tais como de assessorias contábil e jurídica, enseja a irregularidade das contas, a aplicação de sanção administrativa.



notificação ao Prefeito Municipal de Arez e ao Presidente da Comissão de Licitação da Tomada de Preços nº 001/2021 para que se manifestem, no âmbito de oitiva prévia, no prazo de 72 horas, conforme disciplinado no art. 120, §1º, da LOTCE, bem como, recomendou ao Gestor Responsável a não homologação do edital, ou a não celebração do contrato com o vencedor (evento 03).

4. Devidamente notificados, foram apresentadas alegações prévias da Prefeitura de Arez/RN (apenso nº 1102/2021) e a manifestação da Presidente da Comissão, Sr.<sup>a</sup> Asnóbia Pires Correia Silva (apenso nº 1348/2021).

5. Por fim, o Relator, determinou remessa dos autos a este Corpo Técnico para realizar a instrução preliminar sumária, com a análise da documentação apresentada pelos responsáveis (Evento 40).

## **2 – EXAME TÉCNICO**

---

6. Inicialmente, é importante ressaltar que a representação preenche todos os requisitos de admissibilidade, conforme art. 80 c/c o parágrafo único do art. 81 da Lei Orgânica TCE – RN, haja vista a matéria ser sujeita a jurisdição deste Tribunal, estar redigida em linguagem clara e objetiva, conter nome legível, qualificação e endereço do representante, bem como encontrar-se acompanhada de indício de irregularidade ou ilegalidade.

7. Ademais, cabe a esta unidade técnica verificar a existência de indícios suficientes da veracidade do conteúdo denunciado pelo representante, bem como avaliar as premissas de materialidade, risco e relevância, conforme art. 10 da Resolução nº 16/2020 – TCE/RN.

8. Observa-se que a representação trata da Tomada de Preços nº 001/2021 cujo objeto é a contratação de empresa para execução de serviços de assessoria contábil no Município de Arez/RN, tendo como valor estimado do serviço a quantia de R\$ 160.400,04 (cento e sessenta mil, quatrocentos reais e quatro centavos), conforme expresso no próprio edital de licitação (apenso 1102-2021, fl. 84).



9. O representante alegou a existência de irregularidade contida no edital, mais precisamente no tocante ao item 6.1.6.2, o qual exige a comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público do Poder Executivo. Entende assim, que o item mencionado prejudica a competitividade do certame uma vez que restringe a comprovação o fornecimento de atesto por pessoa jurídica de direito Público do Poder Executivo.

10. Ademais, o Relator também notou potencial afronta ao enunciado da Súmula nº 28-TCE o qual afirma que enseja desaprovação das contas a contratação sem concurso público de profissionais para desempenho de atividades habituais e rotineiros da administração pública tais como o serviço de contabilidade em comento.

11. De outro bordo, em suas razões prévias, o gestor municipal por meio de seu Procurador Geral, afirmou que não ocorreu ilegalidade no item 6.1.6.2 do edital 01/2021, não extrapolou o que disciplina o artigo 37, XXI da CF, bem como encontra-se adequado nos termos dos artigos 3º e 30 da Lei 8.666, não restringindo a participação de quem desejasse concorrer a licitação.

12. Asseverou que a exigência do item 6.1.6.2 do edital 01/2021 estabelece critérios técnicos mínimos para a contratação, sendo ele a expertise em contabilidade pública do poder executivo.

13. Destacou que a estrutura administrativa do setor de contabilidade é deficitária e a suspensão do processo licitatório traria grande prejuízo a administração. Não vislumbra também a presença do fumus boni iuris ou periculum in mora, requisitos indispensáveis à concessão da cautelar.

14. Em resposta ao item “a” dos questionamentos do Relator encaminhou as documentações pertinentes a Tomada de Preço 01/2021, processo administrativo 130114.

15. Sobre o subitem “a1” afirmou que existe cargo de contador no quadro de servidores da Prefeitura, entretanto, este não se encontra ocupado visto que a servidora



que o ocupava se aposentou. Neste ponto, houve a indicação de documentação anexa, porém não consta nos autos.

16. Quanto ao subitem “a2” destacou que os serviços de assessoria contábil estão previstos no edital, detalhados na solicitação de despesa pelo Secretário Municipal do Planejamento e das Finanças.

17. Pontuou em resposta ao subitem “a3” que não existe outros contratos de assessoria contábil em vigência no âmbito do Município de Arez com mesmo objeto.

18. Também foram respondidas pelo Procurador Geral as questões direcionadas a Presidente da comissão de Licitação. Assim, informou em resposta ao subitem “b1” que inexistia no Edital 01/2021 a previsão de apresentação de capacidade técnica fornecida por órgão do poder legislativo, isto porque fugiria ao objeto da licitação que é destinado a contabilidade pública do poder executivo e suas especificações e demandas.

19. Quanto ao item “b2” esclareceu que o objeto da licitação se encontra detalhado no processo administrativo nº 130114 em anexo. Pontuou também que os serviços são singulares e complexos, não havendo concorrência mínima em face da complexidade e volume da demanda com as atividades do setor de contabilidade do município, repetindo que não há servidor efetivo contador em seus quadros.

20. Por fim, relatou que a recomendação sobre a não homologação do certame ou a não contratação do serviço chegou tarde tendo em vista que o processo licitatório já foi homologado e o contrato celebrado. Foram apresentadas as cópias das publicações no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte relativas ao ato de homologação publicado em 01/03/21 (apenso 1102/2021, fl. 270) e ao extrato do contrato publicado em 04/03/21 (apenso 1102/2021, fl. 277).

21. Por seu turno, a pregoeira, Asnóbia Pires Correia da Silva, utilizando dos mesmos argumentos afirmou que o item impugnado exige tão somente que aqueles que desejam prestar serviços contábeis ao Município de Arez tenham expertise mínima em contabilidade pública do poder executivo.



22. É importante observar a descrição dos serviços que serão executados pelo contratado em decorrência da Tomada de Preço nº 001/2021, o qual encontra-se na solicitação de despesa (apenso 1102/2021, fls. 23-24):

“Assessoria técnica contábil junto a Secretaria Municipal de Finanças, para o acompanhamento e assessoramento diário do registro das receitas e despesas municipais a serem realizadas no período; acompanhamento da orçamentação da despesa pública, procedendo as fases de empenho da despesa, da liquidação e pagamento, com fechamento contábil-financeiro das contas bancárias e dos balancetes de demonstrativos mensais, bimestrais e anuais; e auxílio técnico na preparação de documentos, estudos e informações atinentes a atividade contábil do Poder Executivo Municipal e seus Fundos Municipais de Saúde e Assistência Social, em consonância com a legislação em vigor.”

23. Fica evidente a habitualidade e a generalidade do serviço licitado, e a notória substituição do profissional de contabilidade que deveria compor o quadro de servidores do município. Nesse contexto o TCE/RN, através da Súmula nº 28, já considerou como passível de sanção administrativa a contratação de serviços de assessoria contábil por entender que se trata de atividade habitual e rotineira da Administração Pública.

24. Ademais, a pesquisa realizada nos dados armazenados no Sistema Integrado de Auditoria Informatizada – Despesa com Pessoal (SIAI-DP) mostra que está provido o cargo de contador pela servidora Suerda de Fátima Duarte Vieira Lima. A pesquisa foi realizada nas folhas de competências de janeiro a maio de 2021, ou seja, a servidora não estava aposentada na data da manifestação e não se aposentou posteriormente, continuando no quadro de servidores do município. Observou-se também que a servidora consta como contabilista responsável nas declarações dos anos de 2018 a 2020 enviadas a esta Corte de Contas.

25. Por fim, o item 6.1.6.2 do instrumento convocatório que exige a comprovação da capacidade técnico-operacional, por meio de atestado fornecido exclusivamente por pessoa jurídica de direito público do Poder Executivo e não permite, de acordo com a manifestação, apresentação de comprovação de capacidade técnica fornecida por órgão



do poder legislativo é considerado, de plano, desarrazoado e limitante do caráter competitivo do certame.

26. Dessa forma, considerando que a restrição ao caráter competitivo do certame e o potencial afronta à Súmula nº 28-TCE/RN constitui risco ao Município; que o montante de R\$ 160.400,04 (cento e sessenta mil, quatrocentos reais e quatro centavos) representa valor expressivo e demonstra a materialidade e relevância do caso, vislumbramos o preenchimento dos requisitos para recebimento da presente denúncia, consoante preconiza a Resolução nº 016/2020 – TCE/RN.

### **3 – DA MEDIDA CAUTELAR**

---

27. A medida cautelar no âmbito do Tribunal de Contas encontra-se amparada nos artigos 120 e 121 da Lei Complementar nº 464/2012, vejamos:

Art. 120. No início ou no curso de qualquer apuração, havendo fundado receio de grave lesão ao patrimônio público ou a direito alheio ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Tribunal poderá, de ofício ou mediante provocação, determinar medidas cautelares.

Artigo 121. São medidas cautelares a que se refere o art. 120, além de outras medidas de caráter urgente:

(...)

II. suspensão da execução de ato, contrato ou procedimento, até que se decida sobre o mérito da questão suscitada.

28. Tal providência deverá ser adotada quando presentes os pressupostos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

29. Nesse contexto, o *fumus boni iuris* se encontra demonstrado no flagrante desrespeito ao art. 3º, § 1º, da Lei 8.666/1993, o qual preconiza que ao agente público é vedado restringir o caráter competitivo da licitação.

30. Já o *periculum in mora* resta configurado em razão de o resultado da Tomada de Preços em questão ter sido homologado em 01/03/2021, inclusive com contrato já firmado entre o Município de Arez/RN e a empresa vencedora.

31. Dessa forma, mostra-se a necessidade de concessão de medida cautelar, a fim de que seja suspensa a execução da Tomada de Preços nº 01/2021.



#### **4 – CONCLUSÃO**

---

32. Diante de todo o exposto, este corpo técnico, nos termos do que preconiza o art. 81, parágrafo único c/c art. 80, caput e §1º da Lei Complementar nº 464/2012 c/c art. 294, §1º do Regimento Interno do TCE/RN, em sede de instrução preliminar sumária, sugere:

- a) A Admissibilidade da representação tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos pela Lei Complementar nº 464/2012;
- b) A concessão de medida cautelar com fundamento no art. 121, inciso II, da Lei Complementar nº 464/2012;
- c) A inclusão no Plano de Fiscalização Anual vigente dentro da ação “Acompanhamento da regularidade da despesa pública dos municípios” (ID 42/2021).

Natal, 06 de julho de 2021.

Thazia Cortez Teixeira de Carvalho  
Auditora de Controle Externo  
Matrícula nº 10.169-9